

MUNICÍPIO DE CONTAGEM Secretaria Municipal de Fazenda Procuradoria Geral do Município

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO – PROGRAMA DE INCENTIVO E REDUÇÕES ESPECIAIS PARA QUITAÇÃO DE CRÉDITOS DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM 2025 – Lei Complementar Municipal nº 390/2025

DADOS DO REQUERENTE					
NOME / NOME EMPRESARIAL					
RG		CPF/CNPJ			
Endereço			N°	Complemento	
Bairro					СЕР
Telefone	Email				
SOLICITAÇÃO					
O contribuinte acima identificado solicita adesão ao Programa de Incentivo e Reduções Especiais para Quitação de Créditos do Município de Contagem 2025, Lei Complementar nº 390/2025, para pagamento:					
☐ À vista ☐ Parcelado - Quantidade de parcelas: (máximo 60 parcelas)					
E requer:					
a consolidação de débitos para fins de pagamento com os benefícios do Programa de Incentivo e Reduções Especiais para Quitação de Créditos do Município de Contagem 2025, Lei Complementar nº 390/2025, constantes no relatório de débitos anexo.					
IPTU Taxas ISSQN Próprio ITBI Outros					
Nº da inscrição municipal:					
Exercícios/Competências dos débitos:					
a exclusão do(s) parcelamento(s) nº (s); para fins de utilização dos benefícios do Programa de Incentivo e Reduções Especiais para Quitação de Créditos do Município de Contagem 2025, Lei Complementar nº 390/2025.					
renúncia à(s) defesa(s) administrativa(s) apresentada(s) no(s) processo(s) de Reclamação(ões) nº (s) :					
; para fins de utilização dos benefícios deste PROGRAMA.					
TERMO DE RESPONSABILIDADE					
O contribuinte ora identificado	•				
✓ Estar ciente de que a declaração espontânea de débitos, a renúncia de defesa e a exclusão dos parcelamentos apresentados no presente requerimento significam a confissão irretratável e irrevogável dos débitos pertinentes, com reconhecimento expresso da sua certeza e liquidez, produzindo os efeitos previstos no parágrafo único do art. 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional; ✓ O não pagamento dos débitos implicará imediata cobrança judicial e extrajudicial destes; ✓ A desistência e renúncia nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo a débito consignado em item de Notificação Fiscal a ser quitado total ou parcialmente na forma do presente Programa; ✓ A manutenção do parcelamento e dos os benefícios está condicionada a adimplência do sujeito passivo quanto ao					
relativo a débito consignado Programa;	ncia nas esferas adm em item de Notifica	inistrativa e ção Fiscal	judicial, a qua a ser quitado	lquer direito de açâ total ou parcialme	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente
relativo a débito consignado Programa; √ A manutenção do pa pagamento regular dos tributos	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os t s municipais com ven- resente requerimento nentar nº 390/2025, no	inistrativa e ção Fiscal penefícios es cimento pos é irretratáv os termos do	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando ved o §7° do respec	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do o do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pa pagamento regular dos tributo ✓ Estar ciente que o p prazo do art. 5º da Lei Compler	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os t s municipais com ven- resente requerimento nentar nº 390/2025, no	inistrativa e ção Fiscal penefícios es cimento pos é irretratáv os termos do	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando ved o §7° do respec	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do o do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pal pagamento regular dos tributos ✓ Estar ciente que o pi prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os t s municipais com ven- resente requerimento nentar nº 390/2025, no restrita de todas as co	inistrativa e ção Fiscal penefícios es cimento pos é irretratávos termos do pondições est	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando ved o §7º do respec tabelecidas na	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do il; e ° 390/2025.
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pa pagamento regular dos tributo ✓ Estar ciente que o p prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os t s municipais com ven- resente requerimento nentar nº 390/2025, no restrita de todas as co	inistrativa e ção Fiscal penefícios es cimento pos é irretratávos termos do pondições est	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando ved o §7º do respec tabelecidas na	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do il; e ° 390/2025.
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pal pagamento regular dos tributos ✓ Estar ciente que o pi prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os t s municipais com ven- resente requerimento mentar nº 390/2025, no restrita de todas as co	inistrativa e ção Fiscal penefícios es cimento pos é irretratávos termos do pndições est	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando ved o §7º do respec tabelecidas na	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e ° 390/2025.
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pa pagamento regular dos tributo: ✓ Estar ciente que o p prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir AUTORIZAÇÃO Autorizo o Sr(a).	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os la s municipais com ven- resente requerimento mentar nº 390/2025, no rrestrita de todas as co	inistrativa e ção Fiscal penefícios es cimento pos é irretratáv s termos do ondições est	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando veo \$7° do respectabelecidas na	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do o do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e ° 390/2025.
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pa pagamento regular dos tributo. ✓ Estar ciente que o p prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir AUTORIZAÇÃO Autorizo o Sr(a). RG nº, To	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os les municipais com ven- resente requerimento mentar nº 390/2025, no restrita de todas as co	inistrativa e ção Fiscal cenefícios es cimento pos é irretratáv s termos do ondições est	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando veo o §7º do respec tabelecidas na _, e-mail:	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do o do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e ° 390/2025.
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pa pagamento regular dos tributo: ✓ Estar ciente que o p prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir AUTORIZAÇÃO Autorizo o Sr(a). RG nº, To a representar este requerente en	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os les municipais com ven- resente requerimento mentar nº 390/2025, no- rrestrita de todas as co- elefone nº	inistrativa e ção Fiscal de penefícios escimento pos é irretratávos termos do pondições esta esta esta esta esta esta esta es	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando veo o §7º do respec tabelecidas na _, e-mail:	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do o do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e ° 390/2025.
relativo a débito consignado Programa; ✓ A manutenção do pa pagamento regular dos tributo. ✓ Estar ciente que o p prazo do art. 5º da Lei Compler ✓ A aceitação plena e ir AUTORIZAÇÃO Autorizo o Sr(a). RG nº, To a representar este requerente em Por seu representante legal a	ncia nas esferas adm em item de Notifica rcelamento e dos os les municipais com ven- resente requerimento mentar nº 390/2025, no- rrestrita de todas as co- elefone nº	inistrativa e ção Fiscal de penefícios escimento pos é irretratávos termos do pondições esta esta esta esta esta esta esta es	judicial, a qua a ser quitado stá condiciona sterior à adesão el, ficando veo o §7º do respec tabelecidas na _, e-mail:	Ilquer direito de açã total ou parcialme da a adimplência do o do presente Progra lada a sua reformul tivo dispositivo lega Lei Complementar n	io, impugnação ou recurso nte na forma do presente o sujeito passivo quanto ao ama; ação, ainda que dentro do l; e ° 390/2025.



SOLICITAÇÃO DE ADESÃO – PROGRAMA DE INCENTIVO E REDUÇÕES ESPECIAIS PARA QUITAÇÃO DE CRÉDITOS DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM 2025 – Lei Complementar Municipal nº 390/2025

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1. Este formulário deverá ser impresso;
- 2. Só será aceito requerimento devidamente preenchido sem rasura, legível, assinado pelo contribuinte ou seu representante legal e acompanhado dos documentos exigidos;
- 3. Caso o espaço do requerimento não seja suficiente, utilizar outros anexos se necessário.
- 4. Os documentos exigidos podem ser apresentados no original ou em cópia legível autenticada em cartório; e
- 5. Não são passíveis de devolução, restituição ou compensação, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições da Lei Complementar 390/2025, importâncias já recolhidas ou submetidas à modalidade de extinção do crédito tributário previsto no artigo 156 da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 - Código Tributário Nacional.

OPCÕES DE PAGAMENTO

O contribuinte deverá fazer uma das opções de pagamento, à vista, ou parcelado, indicando a quantidade de parcelas. A homologação do ingresso no programa de incentivo ao pagamento dar-se-á no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela, para os casos de parcelamento.

Prazo para adesão

Os contribuintes poderão formalizar sua adesão ao **Programa de Incentivo e Reduções Especiais para Quitação de Créditos do Município de Contagem 2025** até <u>27/02/2026</u>.

Beneficios:

- Para pagamento integral, desconto de 100,00% (cem por cento) da multa, dos juros e da atualização do crédito consolidado; ou
- Para <u>pagamento em até 12 (doze) parcelas</u> iguais, mensais e consecutivas, <u>desconto de 90,00%</u> (noventa por cento) da multa, dos juros e da atualização do crédito consolidado; ou
- Para pagamento de 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, desconto de 70,00% (setenta por cento) da multa, dos juros e da atualização do crédito consolidado; ou
- Para <u>pagamento de 25 (vinte cinco) até 60 (sessenta) parcelas</u> iguais, mensais e consecutivas, <u>desconto de 50,00%</u> (cinquenta por cento) da multa, dos juros e da atualização do crédito consolidado.

Valor mínimo das parcelas

- Pessoa Física R\$ 150,00
- Pessoa Jurídica R\$ 300,00

CONDICIONANTES (Artigo 6º da Lei Complementar 390/2025)

A formalização do requerimento implica o reconhecimento dos débitos tributários e não tributários, ficando o desconto condicionado:

- I à renúncia ao direito sobre o qual se fundam ou se fundariam as ações judiciais;
- II à desistência de ações judiciais, inclusive embargos à execução fiscal ou recursos, com a renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos, juntando cópia do comprovante da desistência e/ou renúncia com observância do prazo do artigo 10, inciso III, desta Lei Complementar:
- III à desistência de impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo;
- IV havendo ação judicial, ao pagamento das custas e demais despesas processuais integralmente pelo sujeito passivo interessado; e
- V ao pagamento de honorários advocatícios previstos em lei, calculados sobre o montante do valor líquido do crédito apurado, e que poderão ser parcelados nos mesmos termos e condições previstos no artigo 3º.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- 1. Pessoa Física: documento de identidade e CPF; Comprovante de propriedade ou posse do imóvel;
- 2. Pessoa Jurídica:
 - 2.1. Do contribuinte: Ato de constituição e/ou última alteração contratual consolidada; ou certidão simplificada emitida pela Junta Comercial expedida há no máximo 30 dias.
 - 2.2. Do Sócio-Gerente/Administrador: documento de identidade e CPF
- 3. **Procurador**, em caso de requerimento feito mediante procuração: procuração, com poderes específicos, pública ou particular com firma reconhecida em cartório do Município de Contagem; Carteira de Identidade; CPF.

Outras observações:

O interessado deverá informar o número da(s) inscrição(ões) do(s) imóvel(is) (índice cadastral) que deseja incluir no PROGRAMA.

É possível incluir mais de um imóvel no mesmo parcelamento, se for o caso. Pode-se ainda escolher quais exercícios deseja incluir.

O interessado poderá informar quais parcelamentos (número e ano do acordo) deseja incluir no PROGRAMA.

O interessado poderá indicar quais processos administrativos de revisão de lançamento de IPTU que deseja incluir no PROGRAMA.

Fica o contribuinte cientificado que, em caso de protesto, cabe ao mesmo comparecer ao Cartório de Protestos para efetuar o pagamento das despesas cartorárias.

É permitida a utilização de depósitos judiciais para quitação integral ou para pagamento da primeira parcela, conforme art. 13 da Portaria e art. 5º, §5º da LC 390/2025.

A exclusão de parcelamentos anteriores é irretratável, e a comprovação da desistência de ações judiciais deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme Portaria.